FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA
FUNSERV

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA — Nº 20/2026, DE 23/10/2026 — PREVIDÊNCIA —

Aos vinte e três do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, com início às nove horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV através da Plataforma Online "Google Meet". SEÇÃO I – FASE DE EXPEDIENTE (art. 8º da Resolução FUNSERV nº 05/2024). A) Verificação do quórum: A Sra. Cilsa verificou a existência de quórum para o início da reunião, estando também presentes os seguintes membros titulares: Sra. Amanda Cristina Nunes Schiavi, Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira e Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva. Após a saudação inicial e a confirmação do quórum, deu-se início aos trabalhos. SEÇÃO II – APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS (art. 8º da Resolução FUNSERV nº 05/2024) **ITEM 1 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE SETEMBRO DE 2026:** A Sra. Cilsa apresentou os resultados da carteira de investimentos referentes a setembro de 2026. Esclareceu que o patrimônio total, ao final do mês, era de R$ 3.050.377.004,70, incluindo R$ 0,65 em disponibilidades financeiras. Quanto aos recursos previdenciários, o saldo considerado no demonstrativo de rentabilidade foi de R$ 3.030.921.106,09, com retorno de R$ 38.260.999,92, correspondente a 1,27% no mês, abaixo da meta atuarial de 1,28%. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 9,59%, superando a meta acumulada de 8,26%. Informou, ainda, que, conforme a Lei Municipal nº 12.656, de 29 de setembro de 2022, os recursos da Reserva Administrativa devem ser controlados de forma segregada. Ao final do período, essa reserva apresentava saldo de R$ 19.455.897,96, com retorno mensal de R$ 202.938,64. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 10,52%, superando a referência acumulada de 8,26% em 2,26 pontos percentuais. Na sequência, apresentou a evolução patrimonial do Fundo de Reserva e do Fundo Previdenciário, considerando a estrutura de gestão dos recursos do RPPS estabelecida pela Lei nº 12.852/2023. Em julho de 2023, ambos os fundos apresentavam patrimônio equivalente a R$ 1.235.770.927,26. Em dezembro de 2024, os saldos eram de R$ 1.718.836.421,10 para o Fundo de Reserva e de R$ 941.762.082,20 para o Fundo Previdenciário. Em dezembro de 2025, o Fundo de Reserva alcançou R$ 1.951.681.415,97, enquanto o Fundo Previdenciário totalizou R$ 912.136.341,98. Em setembro de 2026, os saldos foram de R$ 2.125.318.656,02 e R$ 875.846.476,96, respectivamente, demonstrando o crescimento do Fundo de Reserva e a redução do patrimônio do Fundo Previdenciário ao longo do período, em razão dos pagamentos de aposentadorias e pensões. A Sra. Cilsa apresentou o aporte atuarial previsto na Lei Complementar nº 02/2026. Conforme informado na reunião anterior, o saldo remanescente foi distribuído entre os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, em parcelas mensais de R$ 8.371.363,33. O saldo atual informado era de R$ 24.064.141,78. Esse acompanhamento é importante para verificar o cumprimento dos repasses previstos na legislação municipal e a evolução dos recursos destinados ao financiamento das obrigações previdenciárias. Na análise por segmento, a renda fixa encerrou o mês com saldo de R$ 2.074.242.390,96 e retorno positivo de R$ 18.344.819,98, equivalente a 0,89%. No mesmo período, o CDI apresentou variação de 1,08%, enquanto o IPCA registrou variação de 0,82%. Informou, ainda, que foram efetivadas as movimentações financeiras deliberadas e aprovadas na reunião anterior, referentes ao resgate integral dos recursos aplicados no fundo ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI, CNPJ nº 00.832.435/0001-00, cujas aplicações estavam distribuídas entre o Plano Previdenciário e o Fundo de Reserva. No âmbito do Plano Previdenciário, os recursos resgatados foram integralmente realocados para o fundo CAIXA TOP PRIVATE RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO, CNPJ nº 19.769.018/0001-80, mediante aplicação

no valor de R$ 135.096.110,00 (cento e trinta e cinco milhões, noventa e seis mil, cento e dez reais). Quanto aos recursos pertencentes ao Fundo de Reserva, foi realizada a transferência integral para o fundo ITAÚ INSTITUCIONAL MAX RESP LIMITADA FIF CIC REND, CNPJ nº 66.810.148/0001-08, no montante de R$ 19.891.087,22 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e um mil, oitenta e sete reais e vinte e dois centavos). Dessa forma, registrou-se que as movimentações foram concluídas em conformidade com as deliberações anteriormente aprovadas, totalizando R$ 154.987.197,22 (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e sete reais e vinte e dois centavos) em recursos realocados. O mês de setembro foi positivo para a bolsa brasileira, com o Ibovespa apresentando valorização de 5,03%. Esse movimento favoreceu os investimentos em ações e contribuiu para os resultados da carteira. Em comparação com o mercado internacional, observou-se comportamento distinto: o S&P 500 apresentou variação negativa de 0,45%, enquanto o IFIX registrou queda de 0,20%. Esses indicadores demonstram que os mercados não apresentam necessariamente o mesmo desempenho. A renda variável totalizou R$ 822.408.159,18, com retorno positivo de R$ 22.377.231,43, correspondente a 2,80%. Já os investimentos no exterior encerraram o mês com saldo de R$ 153.726.453,91 e retorno negativo de R$ 2.258.112,67, equivalente a -1,45%. Como referência comparativa, o Global BDRX apresentou alta de 1,86%, enquanto o MSCI World registrou queda de 1,33%. Esse desempenho foi influenciado pelas decisões dos bancos centrais, pelo comportamento das bolsas internacionais e pelas oscilações cambiais. Por fim, a Sra. Cilsa ressaltou que as informações apresentadas também constam no Parecer do Comitê de Investimentos. **ITEM 2 – ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** Na elaboração do Parecer, foram considerados os resultados apresentados para os diferentes segmentos da carteira, bem como o comportamento dos respectivos indicadores de referência. A análise evidenciou que a renda fixa apresentou rentabilidade inferior ao CDI, enquanto a renda variável obteve desempenho positivo, com destaque para a valorização do Ibovespa. Os investimentos no exterior, por sua vez, registraram resultado negativo no período. Em setembro, observou-se um ambiente favorável à rentabilidade da renda variável brasileira, enquanto a renda fixa apresentou resultados distintos conforme as estratégias utilizadas. Nos investimentos internacionais, o desempenho foi influenciado pelas condições do mercado externo e pelas características de cada fundo. Na análise conjunta dos três segmentos, verificou-se que cada um contribuiu de maneira distinta para o desempenho da carteira. A renda fixa apresentou maior estabilidade e manteve participação predominante no patrimônio. A renda variável ofereceu oportunidades de valorização, mas também esteve sujeita a oscilações mais expressivas. Já os investimentos internacionais contribuíram para a diversificação geográfica e econômica, embora estivessem sujeitos aos riscos dos mercados externos. Os dados e as análises pertinentes integram o Parecer do Comitê de Investimentos. **ITEM 3 – CHAMADA DE CAPITAL DE FIPs E FIIs**: A Sra. Cilsa informou aos membros que, no mês de setembro, não houve novas aplicações nos Fundos de Investimento em Participações (FIPs). Ressaltou que, nesses fundos, as chamadas de capital ocorrem conforme as necessidades financeiras dos projetos e os compromissos assumidos pelos cotistas. Na sequência, apresentou a planilha atualizada dos retornos e das chamadas de capital referentes aos FIPs mantidos pela FUNSERV. No fundo BTG PACTUAL CO INVESTIMENTO EM LINHAS DE TRANSMISSÃO INST RESP LIMITADA FIP INFRA, CNPJ nº 55.177.883/0001-00, o saldo atual correspondia a R$ 21.241.117,13, com retorno de -0,19%. Em relação ao fundo KINEA EQUITY INFRA I CO-INVEST I RESP LIMITADA FIP, CNPJ nº 58.224.396/0001-30, não houve aplicação no mês. O retorno acumulado informado era de 1,58%, com saldo de R$ 23.542.926,22. Por fim, quanto ao fundo XP INFRA V FEEDER, CNPJ nº 55.128.667/0001-66, foi informado retorno de 0,23%, com saldo atual de R$ 16.367.571,96. O Sr. Edgar sugeriu que as informações referentes aos FIPs e aos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) fossem incluídas no Parecer do Comitê. Propôs que, após a coluna referente ao mês corrente, fossem apresentadas as informações sobre o total aplicado e o saldo atual, além do retorno

financeiro na respectiva coluna, de modo a evidenciar os valores investidos, os saldos existentes e os resultados financeiros positivos ou negativos. Quanto aos FIIs, foi apresentado o fundo KINEA DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO II RESP LIMITADA FII, CNPJ nº 59.436.431/0001-48, cujo retorno informado no mês foi de 0,31%, com saldo de R$ 526.456,65. Ressaltou-se que esses investimentos possuem horizonte de maturação mais longo, razão pela qual a rentabilidade pode não se materializar de forma imediata. **ITEM 4 – CENÁRIO ECONÔMICO:** A Sra. Cilsa apresentou a análise do cenário econômico com base nas expectativas divulgadas pelo mercado financeiro. Conforme o Boletim Focus do Banco Central do Brasil, publicado em 19 de outubro de 2026, com data-base de 16 de outubro, as projeções para o IPCA indicavam inflação de 5,22% em 2026, 4,32% em 2027 e 3,75% em 2028, permanecendo a estimativa para 2026 acima do teto da meta de inflação. Em relação à política monetária, a taxa Selic encontrava-se em 13,75% ao ano, enquanto as expectativas de mercado apontavam para 13,25% ao final de 2026, 12,00% em 2027 e 10,50% em 2028. Para a atividade econômica, a projeção de crescimento do PIB era de 1,83% em 2026 e 1,32% em 2027, indicando expectativa de desaceleração. Quanto ao câmbio, a mediana das projeções estimava a cotação do dólar em R$ 5,13 ao final de 2026 e R$ 5,22 ao final de 2027. Diante desse cenário, destacou-se que o patamar elevado dos juros favorece oportunidades em investimentos de renda fixa, especialmente aqueles vinculados a indicadores pós-fixados. Entretanto, a perspectiva de redução gradual da Selic exige acompanhamento das condições de mercado e dos possíveis efeitos sobre os títulos públicos e privados. Os segmentos de renda variável e de investimentos no exterior também demandam atenção, diante das oscilações dos mercados e das incertezas econômicas nacionais e internacionais. Assim, ressaltou-se a importância do monitoramento contínuo dos indicadores econômicos e da gestão prudente dos recursos previdenciários, buscando conciliar rentabilidade, liquidez, segurança e cumprimento da meta atuarial. Nos Estados Unidos, a decisão foi acompanhada de revisões para cima nas projeções de crescimento, inflação e juros, reforçando a perspectiva de uma política monetária mais restritiva. No comunicado, o comitê deixou de tratar a elevação da inflação como um fenômeno pontual e passou a considerá-la resultado de uma dinâmica mais ampla, o que justificaria uma resposta por meio do aumento da taxa de juros. Na zona do euro, a inflação acelerou para 3,2% em 12 meses em agosto, ante 2,9% em julho, enquanto o núcleo da inflação recuou para 2,4%, frente a 2,5% na leitura anterior. A energia, com alta de 14,3% na comparação anual, permaneceu como principal foco de pressão inflacionária. Na Ásia, as taxas de juros de um ano e de cinco anos permaneceram em 3,00% e 3,50% ao ano, respectivamente. A 16ª manutenção consecutiva ocorreu em um cenário de desaceleração econômica, fragilidade do crédito e enfraquecimento do varejo. No Brasil, houve alta de 1,1% no trimestre anterior. A agropecuária liderou o avanço, enquanto a indústria e os serviços perderam força. O consumo das famílias recuou 0,4%, e os investimentos cresceram 1,2%. A habitação foi a principal contribuição para a alta, com avanço de 2,31%, influenciado pela energia elétrica residencial, que subiu 7,98%. Para a FUNSERV, as condições econômicas influenciam diretamente as oportunidades de investimento e os riscos da carteira. Diante desse cenário, a estratégia permanece voltada à manutenção de uma carteira diversificada, com acompanhamento dos riscos e atenção à liquidez necessária para o cumprimento dos compromissos previdenciários. **ITEM 5 – ASSUNTOS GERAIS**: O Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva registrou seu reconhecimento e agradecimento aos membros dos Conselhos e do Comitê de Investimentos pela participação na Oficina de Política de Investimentos, promovida pela APEPREM nos dias 21 e 22 de outubro de 2026. Destacou que a capacitação, prevista em Estudo Técnico Preliminar elaborado pela FUNSERV, teve como objetivo aprimorar os conhecimentos técnicos necessários à elaboração, à análise e ao acompanhamento da Política de Investimentos, considerando as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025 e as exigências do Pró-Gestão RPPS – Nível III. Ressaltou a importância da qualificação contínua para o fortalecimento da governança, da avaliação de riscos e da segurança nas decisões relacionadas à gestão dos recursos

previdenciários. Agradeceu aos participantes Adjalma Luiz Orsi Gomes Ferreira, Amanda Cristina Nunes Schiavi, Cilsa Regina Guedes Silva, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Francine Casare, Gemina Maria Pires, José Antonio de Oliveira Junior, José Marcos Trindade, Marcos Antônio Leite Massari, Paulo de Tarso César da Silva, Pedro de Oliveira Rosa, Tatiane Matucci Casagrande, Túlio Marcos Perfetto, Vanuza Santos, Jean Michel Mascheto Marins e Marilda Aparecida Côrrea, pelo comprometimento com o aperfeiçoamento profissional e com a gestão responsável, transparente e eficiente do patrimônio previdenciário da FUNSERV. Nada mais havendo a tratar, eu, Cilsa, encerrei a reunião, às nove horas e cinquenta minutos, e lavrei a presente ata, relativa aos recursos previdenciários, que segue para conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 05/2024.

Amanda Cristina Nunes Schiavi
Membro Comitê de Investimentos

Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira
Membro Comitê de Investimentos

Marco Antônio Leite Massari
Membro Comitê de Investimentos

Cilsa Regina Guedes Silva
Gestora de Recursos do RPPS